

Diretor de Segurança do Rio 2016 deixa cargo após denúncia de desvio de verba

Ex-diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa é alvo de uma ação de improbidade

BRASÍLIA - O diretor de Segurança do Comitê Rio 2016, Luiz Fernando Corrêa, anunciou no início da tarde desta sexta-feira, 17, que vai deixar o cargo. Ex-diretor-geral da Polícia Federal, Corrêa estava na berlinda desde que foi revelado, no final de dezembro do ano passado, que ele é alvo de uma ação de improbidade do Ministério Público Federal em Brasília por suspeitas de irregularidades no Pan-americanos do Rio, realizado em 2007.

Na acusação do MP, Corrêa, que ocupava à época dos jogos o cargo de secretário Nacional de Segurança Pública, Odécio Rodrigues Carneiro, ex-coordenador do Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação do Pan, e quatro empresas foram cobradas a devolver aos cofres públicos R\$ 17,9 milhões por terem contratado de um consórcio, sem licitação, equipamentos de informática para ações de inteligência do evento.

O valor, referente a um sobrepreço (superfaturamento apurado antes do pagamento), foi apurado em perícia do Instituto Nacional de Criminalística. O consórcio, que recebeu R\$ 174 milhões pelos equipamentos, era liderado pela Motorola.

O MP constatou nas investigações que o consórcio vencedor foi contratado sem que tivesse sido feita uma cotação de preços com outras concorrentes. "Ao contrário do quanto afirmado em despacho pelo réu Luiz Fernando Corrêa, não foi anexada ao procedimento a estimativa de custo ou qualquer documento que lhe fizesse às vezes", afirmou o MP na ação, que corre sob sigilo de Justiça desde meados de 2011. As autoridades, segundo o MP, também ignoraram parecer da Consultoria Jurídica que alertava para a falta de cotação de preços.

A Justiça decidirá em breve se concede liminar, pedida pelo MP, para decretar o bloqueio dos bens de Corrêa, Carneiro e das empresas para ressarcir os cofres públicos, em caso de futura condenação.

No início de janeiro, Odécio deixou o cargo de secretário de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça para se defender da ação. Agora, o Comitê Organizador dos Jogos informou em nota que Corrêa também decidiu sair para não causar "desconforto" na rotina de suas atribuições como diretor de Segurança.

Na nota, Corrêa disse que já apresentou sua defesa, elaborada pela Advocacia Geral da União, e diz estar "confiante numa decisão a seu favor". O ex-diretor afirmou ainda que "pretende buscar na Justiça a reparação de danos (de imagem, morais e materiais) pelos responsáveis diretos e indiretos."

Encontrou algum erro? Entre em contato

Ministro do STF quebra sigilo bancário do DEM em inquérito contra Agripino Maia

Medida faz parte de inquérito que investiga pagamento de propina em obra da Arena das Dunas feita pela OAS

BRASÍLIA - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou a quebra do sigilo bancário do Diretório Nacional do partido Democratas, no período de 1.º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014, e o afastamento dos sigilos telefônicos do presidente do partido, senador José Agripino Maia (DEM-RN), do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro e de Raimundo Maia, primo do senador, pelo mesmo período.



inRead invented by Teads

A medida é parte das investigações de um dos inquéritos que correm no STF contra Agripino - neste caso, sobre pagamento de propina nas obras da Arena das Dunas, construída pela OAS para a Copa do Mundo de 2014. O pedido partiu da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A decisão foi comunicada nessa quinta-feira, 15, em despacho de Barroso ao presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Barroso também notificou companhias de telefonia para que enviem “todos os dados e registros contidos nos cadastros dos investigados e dos interlocutores das ligações, bem como todos os respectivos registros de chamadas (data, tipo de chamada, se foi texto ou voz, duração), incluindo o número de identificação do equipamento móvel (IMEI) e as Estações Rádio-Base (ERBs) transmissoras e receptoras das ligações e suas respectivas localizações”.

A suspeita é de que o Agripino teria recebido propina da empresa OAS, em troca de seu auxílio político na superação de entraves à liberação de recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) direcionados à construção da Arena das Dunas. A OAS venceu a licitação da obra na gestão de Rosalba Ciarlini (DEM).

Numa das manifestações anteriores da PGR no inquérito, o procurador-geral Rodrigo Janot havia sustentado ao Supremo que as investigações “apontam para a efetiva solicitação e recebimento, pelo investigado, de forma oculta e disfarçada, de vantagens pecuniárias indevidas, oriundas de sua intervenção para solucionar entraves referentes a controles externos sofridos pela construção da denominada Arena Dunas, pelo grupo empresarial OAS”, disse Janot, que também suspeita de lavagem de dinheiro.

Em abril, Barroso já havia determinado a quebra de sigilo fiscal e bancário de Agripino, do filho dele, deputado Felipe Maia (DEM-RN), de 14 de empresas e outros investigados.

O inquérito derivou de investigações da Operação Lava Jato. A PGR, no entanto, em 2015, concluiu que o caso não tinha relação com a corrupção na Petrobrás e, por isso, o caso foi sorteado para a relatoria de outro ministro do STF.

O nome de Agripino também apareceu em anexo da delação do ex-diretor da Odebrecht Cláudio Melo Filho, que revelou pagamentos, entre doações oficiais e caixa 2, em troca de interesses da empresa. Apelidado de "pino" e "gripado", o senador aparece na relação de políticos beneficiados com repasses da Odebrecht - no caso, no valor de R\$ 1 milhão.

No Senado, Agripino é o líder do bloco Social Democrata, que inclui o PSDB e o PV, além do DEM, partido que preside.

Léo Pinheiro, preso no início de setembro na Operação Greenfield, encontra-se no Complexo Médico Penal de São José dos Pinhais-PR, no entorno de Curitiba.

Defesa. Procurado, o senador afirmou esperar que a investigação seja “completa” e feita com a “rapidez devida”, mas disse não ver motivos para a quebra do sigilo bancário do diretório nacional do Democratas. “Não quero discutir decisão da Justiça. Se querem investigar, que investiguem. Sempre estive à disposição para colaborar”, disse o senador.

Agripino negou qualquer influência política a favor da OAS. “Que tipo de influência eu poderia ter para conseguir liberação de recursos do BNDES em pleno governo do PT?”, questionou, ressaltando que na época estava ao lado da oposição.

Até a publicação desta notícia, o **Estado** não havia obtido resposta da defesa de Léo Pinheiro.